

AGB EM DEBATE



Informativo da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB

E D I T O R I A L

NESTA EDIÇÃO:

Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras	2
67ª Reunião Anual da SBPC	3
Reunião de Entidades da SBPC – 8/09-2015 – São Paulo	4
Conhecendo a AGB – O que é uma RGC?	5
122ª e 123ª RGC: A AGB volta a se reunir no Centro-Oeste e no Nordeste	6
Corporações, extrativismo e direitos humanos	7
Base Nacional Comum de Currículos da Educação Básica no Contexto da Escola Pública e das Políticas Educacionais Neoliberais	8

Uma das principais ferramentas de comunicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) com as Seções Locais, seus associados, também com a geografia brasileira e a sociedade, é o "AGB em Debate", que se apresenta aqui em sua terceira edição de 2015. Nesta edição, divulgamos importantes ações e eventos que a entidade vem construindo recentemente. Aqui você lerá sobre a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras que a AGB Porto Alegre convoca para nos engajarmos; também sobre a Mesa da AGB: "Unificação das disciplinas do Ensino Médio: para que(m) ela deverá servir?" que ocorreu na 67ª Reunião Anual da SBPC e abordou o tema das propostas de mudanças curriculares no Ensino Médio. Conjuntamente lerá um relato da reunião das entidades associadas à SBPC com a discussão central sobre os cortes das áreas de C&T e educação. O "AGB em Debate" traz paralelamente os relatos sobre as 122ª e 123ª Reunião de Gestão Coletiva (RGC) e um texto que a AGB-Porto Alegre produziu sobre a AGB e a RGC, principalmente, para aqueles que estão se aproximando das Seções Locais atualmente. Leia ainda o relato da AGB-Rio de Janeiro sobre o debate "Corporações, extrativismo e direitos humanos" que a Seção Local promoveu junto da Associação de Docentes da UERJ (Asduerj) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Por fim, o GT de Ensino da AGB Niterói apresenta o seu texto inicial da análise da Base Nacional Comum de Currículo e outros documentos da reforma educacional em curso, desenvolvido após o primeiro Seminário Pré-Fala Professor da Seção Local.

Boa leitura!

Diretoria Executiva Nacional DEN-2014-2016

A AGB PORTO ALEGRE NA CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS

Em todo o Brasil está sendo ignorada a importância econômica, social e cultural da pesca artesanal. Políticas desenvolvimentistas estão favorecendo o avanço de grandes projetos econômicos em áreas historicamente utilizadas pelas comunidades tradicionais, ameaçando seus territórios. Por isso, o MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - está promovendo uma campanha para recolher assinaturas que devem ser entregues ao Congresso Nacional com uma proposta de Lei de Iniciativa Popular, que reconhece os territórios das comunidades tradicionais de pescadores artesanais. Entendemos que essa problemática vivida pelos pescadores dialoga com temas abordados na Geografia brasileira e, por isso, há necessidade de

divulgação e aderência à campanha entre os geógrafos.

A AGB Porto Alegre, tendo como prática a aproximação com os movimentos sociais, está buscando estratégias para a divulgação da mesma no âmbito do Rio Grande do Sul. Convida todos os seus associados a refletirem sobre a importância desta pauta. Além de ser profissional com uma formação que favorece a compreensão desse processo, enquanto cidadão, o geógrafo reconhece a importância da pesca artesanal para a soberania alimentar: 70% do pescado consumido no Brasil vêm da pesca artesanal, a manutenção dos ecossistemas está relacionada à pesca artesanal (pela utilização de tecnologias menos predatórias), assim como a con-

tribuição cultural que está presente em crenças, festas, gastronomia, entre outras atividades.

No mês de julho a AGB Porto Alegre promoveu, juntamente com o MPP, o lançamento no Rio Grande do Sul do documentário "Vento Forte" e debate sobre a questão da pesca artesanal no Estado. A AGB-PA entende que esta é uma pauta que dialoga com as demais seções locais, algumas inclusive já participam da campanha. Desta forma, convida os colegas agebeanos a participarem da campanha fazendo o Download do Abaixo-Assinado e promovendo a coleta das assinaturas.

Download do Abaixo-Assinado:

[http://
peloterritoriopesquei-
ro.blogspot.com.br/](http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/)

AGB Porto Alegre



67ª Reunião Anual da SBPC

Mesa AGB: "Unificação das disciplinas do Ensino Médio: para que(m) ela deverá servir?"

Professores Douglas Santos (UFGD) e Jorge Luiz Barcellos da Silva (Unifesp)

A atividade da AGB na SBPC se iniciou com alguns minutos de atraso, sendo que estávamos, dos convidados, somente eu e o Jorge Barcellos. Tratou-se de um plenário relativamente pequeno (algo em torno de 40 pessoas, no máximo) e a atividade, entre as falas e o debate, durou algo em torno de 3 horas.

Em primeiro lugar falou o Jorge, preocupado com o processo de formação de professores e em que isso acabava influenciando a definição de currículo no "chão da escola". Tendo como ponto de partida a experiência que ele desenvolve na UNIFESP, colocou algumas ponderações pelo que está sendo denominado de "residência pedagógica". Assim, centrado na formação e na prática do chamado "professor polivalente" Jorge abordou algumas dificuldades do debate sobre

currículo e a necessidade de se reconhecer o papel dos professores – no tenso diálogo com a máquina de Estado – na constituição do que está vindo por aí, que é a base nacional comum.

A seguir, tendo por referência a fala do Jorge, tomei a palavra para retomar a discussão do papel social da escola, seus vínculos com a sociedade fabril/urbanizada e o significado das disciplinas. Realcei as dificuldades que o discurso generalizante do Estado está procurando consolidar, como, por exemplo, a ideia da existência de áreas do conhecimento, sem levar em consideração as tradições epistemológicas das disciplinas (ou componentes curriculares). O exemplo que trabalhei para evidenciar o problema foi a identificação da Geografia no campo das ciências humanas e suas tecnologias – a ideia de associar Geografia com as ciências humanas é um evidente reducionismo e associar a ciência com a técnica é a mais simplória subordinação a uma leitura iluminista do conhecimento. Procurei, a par-

tir dessa ideia, demonstrar que o mesmo ocorre com os demais campos – por exemplo, identificando como linguagens ou ciência da natureza as disciplinas que, de fato, não se restringem e nem cabem nesse tipo de leitura. Por fim, procurei evidenciar o papel dos movimentos populares como lugar de debate e dos professores como mediadores de política na busca de caminhos que, efetivamente, representem o significado da escola como instituição de cultura.

Terminada as falas, abriu-se para o debate e para a surpresa minha e do Jorge, parte dos nossos atentos ouvintes eram alunos da escola média, que passaram a interferir de forma sistemática e na tentativa de tornar pública suas reivindicações. Alguns professores (de São Paulo e, se minha memória não falha, de Rondônia), trouxeram suas experiências sobre o tema e a tentativa de avaliar projetos alternativos como a Escola da Ponte, as escolas de gestão comunitária e assim por diante.

Reunião de Entidades da SBPC - 8/09-2015 - São Paulo

INFORMES

André Pasti (Publicações-DEN)

O tema central eram os **cortes das áreas de C&T e educação**, que serão ainda maiores que de 2014, de acordo com o orçamento.

- A direção da SBPC elogiou o MCTI, por estar "movimentando-se e buscando alternativas" de financiamento; incluem, aqui, negociação com o BID de 2,5 bilhões de reais por 6 anos, para os INCTs; Não houve esclarecimento sobre as condições desse recurso;
- Há muitos esforços da SBPC para conter os cortes, muito diálogo com os ministérios, mas após as negociações, algumas decisões estão sendo divulgadas pela própria mídia (como a suspensão da nova etapa do Ciências sem Fronteiras)
- Várias "bandeiras" que eles tem defendido foram aceitas, como: o Ciência Sem Fronteiras não pegará mais recursos do FNDCT e, caso realmente venha a acontecer novamente, Universidade faria a seleção e haveria tutores das próprias Universidades; há compromisso do ministério de colocar o Reator Multipropósito e a Linha Syrius (do Lab. de Luz Síncrotron) no PAC, para aliviar orçamento do MCTI; negociação de recursos (pedido de 50% para garantir 25%) do Fundo Social do Pré-Sal para C&T (atualmente, o fundo está sendo usado para o superávit primário);

No **Ministério da Educação**, o problema é maior, há muitos cortes e pouca incidência das entidades de C&T no debate. Relatos incluíram:

- Problemas generalizados nas federais e estaduais que dependem da aprovação do orçamento (que veio em maio), estando sem recursos por vários meses - corte

maior (cerca de + R\$ 9 bi): no máximo, seriam mantidas as bolsas existentes; porém, como abriram novos programas de pós, talvez diminuam número de bolsas dos programas;

- Crise nos periódicos nacionais por cortes de recursos da CAPES;
- Cortes nas ações de C&T na educação básica - feiras, olimpíadas - e incerteza da continuidade do PIBID trazem retrocessos às ações de C&T na educação básica;
- Estados estão "repetindo" União com cortes nas universidades e no fomento à C&T;

Diante desse cenário, há um quase-consenso entre as entidades da **necessidade de um posicionamento mais incisivo** sobre a questão dos cortes e do ajuste fiscal, no entendimento de que alguns desses retrocessos levariam anos para ser retomados; discursos valorizaram os avanços em C&T dos últimos anos, que estariam colocados em xeque. Problematizaram quantidade de recursos do FIES, por exemplo que poderia resolver a maioria dos problemas de financiamento de C&T. A SBPC não tem recebido nenhuma resposta em relação aos seus posicionamentos junto ao governo federal e aos governos estaduais.

POSICIONAMENTOS

Iniciou-se um debate bastante conservador em relação à quebra de hierarquia na Universidade, às greves e a uma "crise de valores" das Universidades brasileiras.

Aproveitei a oportunidade para problematizar o **posicionamento contra as greves** feito pela SBPC, conforme deliberação da RGC. Foi um questionamento tenso, já que as posições das entidades estavam, em geral, mais alinhadas com a direção da SBPC. De toda forma, a presidenta da SBPC afirmou que tomariam cuidado de não falar em nome das entidades afiliadas sem consulta - mas entendia que não o fizeram. Seguiu-se um debate ora mais, ora menos conservador sobre as Universidades, alguns questionamentos em relação aos sindicatos sugerirem mudanças na carreira das Universidades, as greves, "deprecação" etc. Demonstrei novamente nosso desconforto com essa linha da discussão e sugeri a necessidade de dialogar com os sindicatos, movimentos estudantis etc. para buscar convergências na pauta dos cortes e, também, para melhor compreensão dessa "crise de valores".

Outro debate foi sobre a **base nacional comum**, que terá os resultados do grupo de especialistas tornados públicos na próxima quarta-feira (16/9).

ENCAMINHAMENTOS: Criaram três GTs: BASE NACIONAL COMUM; CRISE DE VALORES NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS; e ORGANIZAÇÃO DE ATO E MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM BRASÍLIA SOBRE OS CORTES; Estamos incluídos nos dois primeiros, pela importância dos temas que vem sendo discutidos na AGB. No caso da "crise de valores", se decidirmos incidir no debate, acho importantíssimo; se não, ao menos entendemos a movimentação e os posicionamentos da SBPC.

Conhecendo a AGB - O que é uma RGC?

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) constituiu-se enquanto fórum de construção de Geografias e tem uma história plural e coletiva. Fundada em 17 de setembro de 1934, a ata de fundação foi assinada por Pierre Deffontaines, Luiz Flores de Moraes Rego, Rubens Borba de Moraes e Caio Prado Jr.

O seu quadro de associados pode congrega profissionais (bacharéis e licenciados) e estudantes, além de outras pessoas ou entidades cujas finalidades identifiquem-se com os objetivos da associação.

Atualmente a AGB é composta por cerca de 40 Seções Locais (SLs) distribuídas em todas as regiões do Brasil. As SLs atuam articuladas com a AGB Nacional principalmente por meio das Articulações Nacionais dos GTs (Agrária, Ambiental, Assuntos Profissionais, Educação, Questão Indígena, Meio Ambiente e Urbana). A partir dessas articulações, são debatidas pautas locais e nacionais nas RGCs e no Fórum de GTs.

Entre as atividades desenvolvidas pela AGB, estão três eventos de abrangência nacional. O *Encontro Nacional de Geógrafos* (ENG) e o *Fala Professor*, que acontecem intercalados a cada dois anos, e o *Congresso Brasileiro de Geógrafos* (CBG), que ocorre de dez em dez anos.

A construção desses eventos se dá a partir da organização e debates das SLs. São as SLs, a partir das discussões em assembleias com seus associados, que definem o conjunto de fatores envolvidos na realização dos

eventos da AGB.

Quanto aos espaços deliberativos da AGB, existe a *Assembleia Geral Nacional*, *Assembleia Geral Extraordinária* e *Reunião de Gestão Coletiva* (RGC).

Assembleia Geral Nacional: é realizada a cada dois anos simultaneamente ao Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), onde se discutem, entre outras questões, temas de interesse da classe e os rumos da Geografia brasileira.

Assembleia Geral Extraordinária: são tratados assuntos constantes da convocação.

Reunião de Gestão Coletiva (RGC): é o fórum deliberativo que acontece entre as Assembleias Gerais Nacionais, com periodicidade trimestral.

Exemplos de discussões

Por conta do VIII Fala Professor, foram articulados vários debates locais sobre a reforma curricular no Ensino Médio. Entre eles estão o fórum *Ciências Humanas e a Política Nacional Curricular em Debate* (AGB São Paulo), cujos vídeos foram disponibilizados no site da [AGB Nacional](#); a roda de diálogo *As Ciências Humanas na Reforma Curricular do Ensino Médio (AGB Vitória)*; o *Fórum Mudanças Curriculares no Ensino Médio: Diálogos ou imposição transdisciplinar?* (AGB Viçosa), entre outros. Agora, os últimos detalhes da organização do encontro estão sendo debatidos.

Outro ponto de pauta importante que será discutido na RGC diz respeito às publicações. Além das publicações das Seções Locais, por exemplo, o Boletim Gaúcho de Geografia da AGB Porto Alegre – BGG –, existe a revista editada pela AGB Nacional, a [Terra Livre](#). O primeiro número da Terra Livre foi publicado no ano de 1986. Naquele momento, a AGB entendeu que era imprescindível existir uma publicação que, na fala de seu editor, equiparasse “a entidade com uma revista de circulação nacional, que tivesse como pretensão

transpor os muros da comunidade geográfica”. Dessa forma, a TL deveria “...veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade”, assim como “...sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira” (Diamantino Pereira). Com o mesmo espírito, atualmente a AGB congrega o Fórum dos Editores reunindo todos os editores das Seções Locais que mantêm publicações. Na RGC deverão ser discutidas as ações relacionadas às publicações das Seções Locais, o Fórum de Editores que acontecerá durante o Fala Professor e será definido o tema do número 44 da Terra Livre.

Quanto ao ponto que trata sobre a relação da AGB com o sistema Confea/Crea, a discussão deverá considerar o relato da Comissão formada para levantar informações sobre a relação da AGB com o sistema.

E outro ponto forte que será discutido na 123ª RGC diz respeito ao XVIII Encontro Nacional de Geógrafos “A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia”, que acontecerá de 24 a 30 de Julho de 2016 em São Luís/MA.

É por tudo isso que a participação dos associados nas assembleias das Seções Locais se reveste de grande importância. Essa é uma das formas que contribuímos para as ações nacionais da AGB e da Geografia brasileira!

Saudações Geográficas

AGB Porto Alegre

122ª E 123ª RGC: A AGB VOLTA A SE REUNIR NO CENTRO-OESTE E NO NORDESTE

Após vários anos, a AGB volta a realizar a RGC em cidades fora do eixo Sudeste-Sul do país, em Catalão (GO) e São Luís (MA), respectivamente. Foram duas RGCs com discussões densas e longas, pois há dois eventos nacionais da entidade como pontos de pauta: VIII Fala Professor (Catalão) e XVIII ENG (São Luís). A 122ª e a 123ª RGC contaram com a presença de 13 e 12 Seções Locais, respectivamente. Incluindo nessa relação a Pró-Seção Rio Claro.

Os relatos dos delegados revelam a AGB focada em intervenções sobre a realidade, promovidas pelas SLs e pelos GTs, e também uma AGB preocupada na divulgação de saber geográfico comprometido com a crítica e não com o produtivismo acadêmico. Discussão sobre Plano Diretor Municipal (PDM), impactos das barragens, questões ligadas à educação pública e aos povos indígenas são alguns temas tratados pelos GTs de Seções como de Niterói, Rio de Janeiro, Catalão, São Luís, Viçosa, Cuiabá, Campinas e Dourados. Ao mesmo tempo, várias Seções tem buscado garantir as suas publicações como o Boletim Gaúcho de Geografia (Porto Alegre), Boletim Paulista de Geografia (São Paulo), Boletim Campineiro de Geografia (Campinas), Caderno Prudentino de Geografia (Presidente Prudente), entre outros.

Ainda sobre as publicações da AGB, é importante registrar que a Terra Livre encontra-se na Plataforma SEER (<http://www.agb.org.br/publicacoes/>

[index.php/terralivre](http://www.agb.org.br/publicacoes/)). Esse sistema facilitará o acesso aos artigos da revista e também tornará o processo de avaliação dos artigos mais transparente e ágil.

O destaque na RGC de Catalão foi a construção do tema do XVIII ENG. O termo “Brasil” apareceu diretamente nas propostas de Niterói, Porto Alegre e Pró-SL Rio Claro. Outras Seções também manifestaram a necessidade de se discutir o país a partir do ENG 2016. O contexto político atual marcado pelo esgotamento do modelo “desenvolvimentista” e o avanço do conservadorismo também esteve presente nas discussões, assim como o papel da geografia na compreensão dessa realidade cada vez mais complexa. Após intenso debate, chegou-se ao tema do XVIII ENG 2016: “A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”.

Em São Luís, no início do mês de setembro, a RGC se debruçou sobre as últimas demandas do Fala Professor, que ocorrerá nos próximos dias, e na construção dos eixos temáticos do XVIII ENG. Além disso, a 123ª RGC possibilitou a apresentação dos trabalhos realizados pela Seção Local São Luís para a construção do ENG.

Outra questão importante tratada na 123ª RGC foi o posicionamento da AGB em relação as notas divulgadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência (SBPC). Neste ano, em pelo menos duas ocasiões, as posições da SBPC mostraram-se antagônicas a política histórica da AGB. Uma nota tratava do protesto realizado por mulheres camponesas no Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) contra os transgênicos e seus malefícios e outra sobre a Greve nas Universidades Federais. Por e-mail e na última Reunião da SPBC, realizada no dia 08/09, a AGB esclareceu sua posição sobre os fatos e solicitou a SBPC deixe claro ao final de suas notas que sua posição não reflete necessariamente as opiniões das entidades associadas.

A relação entre a AGB e Confea-CREA mostrou avanços nessas RGCs quanto ao acúmulo das discussões. A Comissão AGB/Confea-CREA reuniu e analisou resoluções que subsidiarão as SLs e os GTs de Assuntos Profissionais nas questões sobre as possibilidades de participação da AGB no Conselho de Entidades dos CREAs. Além disso, a Comissão divulgou modelos de ofícios que poderão ser utilizados pelos associados ou pelas SLs para contestar Editais de Concursos Públicos que não preveem vagas para geógrafos, mesmo que as características do(s) cargo(s) sejam coerentes com as atribuições dos profissionais de Bacharel em Geografia previstas na legislação.

A comunidade agebeana se reunirá em breve no VIII Fala Professor. Na ocasião ocorrerá também a 124ª



Corporações, extrativismo e direitos humanos

GT de Agrária (SLs Rio de Janeiro e Niterói)

Na noite desta sexta-feira, 18/09, a Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Rio de Janeiro (AGB-Rio), a Associação de Docentes da UERJ (Asduerj) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) promoveram o debate “Corporações, extrativismo e direitos humanos”. O debate contou com a participação de Humberto Piaguage e Pablo Fajardo, respectivamente, liderança e advogado da Union de Afectados por la Texaco/Chevron; Leonardo Bauer, do MAB; e Paulo Alentejano da AGB-Rio e da Asduerj.

Humberto e Pablo exibiram um vídeo e relataram a luta de 22 anos contra a destruição promovida pela antiga Texaco, atual Chevron, na Amazônia Equatoriana. Durante 30 anos a Texaco/Chevron extraiu petróleo sem o menor cuidado ambiental na região, afetando diretamente 5 povos indígenas e inúmeras comunidades camponesas, totalizando mais de 30 mil pessoas, que tiveram suas águas, solos e ar contaminados. Segundo cálculos de peritos ambientais, mais de 18 milhões de barris de petróleo foram derramados na Amazônia Equatoriana, numa ação que está longe de caracterizar um acidente, pois era uma ação intencional e deliberada de extrair petróleo ao mais baixo custo possível, sem qualquer preocupação com as consequências sobre a natureza e as populações indígenas e camponesas, num caso explícito de racismo ambiental. Em 1993 a Union de Afectados por la Texaco/Chevron entrou com um processo na justiça dos EUA contra a empresa, mas este processo foi arquivado 9 anos depois, com a aceitação pela justiça estadunidense do argumento da empresa de que o caso só poderia ser julgado no Equador. Com a posterior abertura do caso no Equador, a Texaco/Chevron passou a cinicamente argumentar que o processo deveria ter como fórum o país sede da empresa – os EUA. Em

2013 a justiça equatoriana condenou a Texaco/Chevron a pagar uma indenização de 9,5 bilhões de dólares que seriam destinados à recuperação ambiental da região e tratamento de saúde das populações afetadas, sobretudo o grande número de vítimas de câncer, dos mais diversos tipos. Entretanto, diante da iminente derrota nos tribunais equatorianos a empresa se antecipou e vendeu todos os seus ativos no país, de forma que ao final do processo alegou que não tinha recursos para pagar a indenização.

Desde então a Union de Afectados por la Texaco/Chevron está buscando validar a sentença judicial equatoriana em três países onde a empresa tem ativos, de forma a obter recursos para o pagamento da indenização – Argentina, Brasil e Canadá. Na Argentina, um juiz de primeira instância validou a sentença e decretou bloqueio dos bens da empresa e destinação de 40% dos ganhos para o pagamento da indenização, mas a Texaco/Chevron ameaçou o governo argentino com a suspensão de todos os investimentos da empresa no país e a Suprema Corte reviu a decisão. No Brasil, o processo iniciou-se em 2012 e continua em fase de instrução, mas o Ministério Público se manifestou pela desqualificação da sentença, aceitando os argumentos da empresa. No Canadá as manobras da empresa que argumentava que a Chevron Canadá nada tem a ver com a Chevron foram rejeitadas pela Suprema Corte e a sentença foi validada e acredita-se que em dois anos haverá uma decisão definitiva.

Todo este processo evidencia não apenas o enorme poder das grandes corporações e seus desprezo pelos direitos humanos e pela natureza, mas também a precariedade dos instrumentos jurídicos para punição de empresas transnacionais pelos danos causados aos povos.

O representante do MAB, por sua vez, ressaltou os danos causados pelas 2 mil barragens existentes hoje no Brasil, das quais 500 são usinas hidrelétricas responsáveis 70% da energia elétrica produzida no país. O MAB está hoje presente em 17 estados brasileiros e calcula que cerca de 1 milhão de brasileiros foram atingidos por essas barragens. No estado do Rio de Janeiro, há hoje 2 barragens projetadas que ameaçam de deslocamento 2.500 famílias, uma em Cachoeiras de Macacu, projetada para abastecer de água o Leste Metropolitano e outra em Itaocara, voltada para geração de eletricidade.

Finalmente o representante da AGB e da Asduerj fez um balanço da crescente dependência do Brasil da exportação de produtos minerais e agropecuários e como isto impacta populações camponesas, indígenas e quilombolas, uma vez que expandem-se as áreas destinadas à mineração e transporte e escoamento desses minerais, como minas, minerodutos e portos, assim como ampliam-se as lavouras de commodities, a exemplo da soja, cuja área plantada pulou de 12 para 28 milhões de hectares nos últimos 25 anos. Ao mesmo tempo, destacou os danos ambientais associados a estes megaprojetos, como a salinização dos solos e erosão costeira resultantes da instalação do Porto do Açú em São João da Barra/RJ. Como este porto, inicialmente projetado e construído pelo empresário Eike Batista, foi vendido para uma empresa (Prumo Logística) controlada por fundo de investimento dos EUA (EIG), a dificuldade para cobrar judicialmente por danos ambientais e sociais, como visto no caso da Texaco/Chevron, pode vir a se materializar.

Segue o link do vídeo sobre que denuncia a destruição promovida pela Texaco/Chevron no Equador: <http://www.youtube.com/watch?v=r0ak1UFmjys>

Base Nacional Comum de Currículos da Educação Básica no Contexto da Escola Pública e das Políticas Educacionais Neoliberais

A AGB-Niterói realizou no dia 25 de agosto o 1º Seminário Pré-Fala Professor na UERJ-FFP, onde se aprofundou as discussões sobre a Base Nacional Comum de Currículo (BNCC), a Pátria Educadora, a Reforma do Ensino Médio, entre outros temas.

É necessário que os GTs de Ensino e Educação e as Seções Locais se engajem fortemente nessa discussão. Precisamos aprofundar as análises para embasarmos as contribuições da AGB. Foi produzido um texto pelo GT de Ensino da AGB-Niterói com as questões que trouxeram mais inquietações nessas primeiras análises sobre a BNCC e outros projetos em curso, que reproduzimos em parte aqui:

A implantação do Sistema Nacional de Educação, a universalização da educação básica e a consequente erradicação do analfabetismo que, desde o século XIX, está na base da formação dos Estados-nacionais, no caso brasileiro, não se realizou. Na atual década de 2010, o ensino fundamental tem mais alunos matriculados do que o total de crianças na faixa etária de 6 aos 14 anos, revelando que eles permanecem em um nível de ensino, embora sua idade corresponda ao nível mais elevado. A população com 15 anos, ou mais, tem em média 7,7 anos de estudo, mais da metade não conclui o ensino fundamental na idade certa, e a taxa de analfabetismo absoluto está em torno de 9% e de analfabetismo funcional é 20,4%. Em relação à infraestrutura, nas escolas do ensino fundamental da rede pública, menos da metade possui biblioteca ou sala de leitura, acesso à internet ou laboratório de informática. Nos cursos de licenciatura, mais de 60% dos alunos matriculados estão em instituições privadas. Este quadro de características quantitativas e qualitativas demonstra a precariedade do sistema, ou seja, a combinação do processo de expansão da escola pública como direito da população, com a precarização das condições de trabalho e de ensino que se reproduz na educação brasileira, acumulando enorme déficit educacional.

As atuais políticas educacionais objetivam formar o indivíduo obediente, consumidor e novo trabalhador flexível, articulando as transformações do processo de trabalho da acumulação flexível ao consumo de novas mercadorias/novas tecnologias. Pela educação se formam trabalhadores de diferentes níveis, desde aqueles com altas habilidades de inovação – essenciais ao modelo tecnológico vigente –, até aqueles que devem ser treinados para o consumo de produtos tecnológicos. Avaliação e reforma curricular assumem centralidade e destacam-se pela valorização de competências e habilidades, um saber-fazer articulado à mudanças tecnológicas do processo de globalização. As competências representam metas sociais, desenvolvidas por atividades didáticas que impliquem em ações baseadas em várias habilidades. A avaliação externa é central e materializa um conjunto de ações que busca regular e controlar o trabalho do professor e do que se realiza nas escolas. IDEB, Prova Brasil, ENEM, ENADE, SAERJ são instrumentos de avaliação homogêneos e gerais inspirados em metas quantitativas, e que não dialogam com diversidade de experiências que se realizam em todos os lugares do país; portanto, descolados dos problemas qualitativos enfrentados pelos professores e escolas. Não tem por finalidade a qualidade do ensino, pois expressa uma concepção do professor incapaz e generalista, implicando na banalização da profissão docente. Com base na avaliação externa e no alcance das metas, propõe-se a flexibilização dos salários e otimização dos custos. A precarização das condições do trabalho docente é uma expressão da precarização geral das condições de vida dos alunos e de grande parcela das brasileiras e dos brasileiros em todo país, que, por sua vez, se fundamentam no processo produtivo e reprodutivo do atual modelo de desenvolvimento do capitalismo. Este processo resulta no desgaste emocional, na baixa estima, na inquietação por não ver os resultados de sua prática, a renúncia de ser sujeito ativo de transformação social.

No contexto das atuais políticas educacionais neoliberais e ocupando um lugar central está a reforma curricular, com construção dos componentes curriculares de Base Nacional. E uma proposta contendo os componentes curriculares da Base Nacional Comum já está sendo elaborada por uma Comissão de Especialistas que foi nomeada em Julho de 2015 pelo Ministério da Educação. Inicialmente, devemos considerar que a BNC é um consequência do PNE e como tal deve haver uma discussão ampla pelos diferentes atores e instituições da sociedade civil. A intenção, portanto, é tratarmos dos efeitos das políticas públicas em Educação que terão força de Lei e que na fase atual, bastante adiantada contém pelo menos quatro motivos para crítica e uma avaliação mais apurada. A posição do MEC com a implementação da Base Nacional Comum, tendo em vista os motivos expostos anteriormente, tende a aprofundar os problemas da educação brasileira.

Leia mais: <http://agb-niteroi.webnode.com.br/news/base-nacional-comum-de-curriculos-da-educacao-basica-no->